



ESTADÃO

O ‘cancelamento’ estatal e o Estado ‘lacrador’

O problema do presidente e asseclas nem é ideológico, é da ordem da cognição

Eugênio Bucci, O Estado de S.Paulo

03 de dezembro de 2020 | 03h00

Tem sido comum ouvirmos queixas sobre a prática do “cancelamento”. São procedentes. Na etiqueta sem etiqueta das redes sociais, o “cancelamento” consiste numa avalanche de turbas virtuais que, em questão de horas, derruba a lista de seguidores de uma pessoa e acaba com seu prestígio digital. Basta uma opinião fora da ortodoxia das turbas para o sujeito se expor ao “cancelamento”. Há exemplos diários. O “cancelado” é banido. Os que eram seus admiradores se convertem em seus “detratores” (guardemos essa palavra, pois ela vai nos pegar de tocaia alguns parágrafos adiante).

Trata-se de uma pena afetiva: “Ei, nós não gostamos mais de você, ponha-se daqui para fora!”. Podem sobrevir repercussões políticas e econômicas. Políticas porque o “cancelamento” destrói os laços virtuais pegajosos que davam popularidade à infeliz criatura “cancelada”, que se vê de repente degredada, como se tivesse sido expulsa do partido. As pessoas entram em depressão. E econômicas porque os *influencers* (e eu que achava que nunca escreveria tal barbarismo), que ganham dinheiro com o número de *likes*, engajamentos, retuítes e coraçõezinhos piscantes, perdem faturamento. As pessoas entram em inadimplência.

Estamos falando de um flagelo cultural. Escritores e intelectuais são vítimas desse empastelamento simbólico perpetrado por majorias barulhentas, intolerantes e implacáveis.

Mas não se trata propriamente de uma novidade tecnológica. Parecerá incrível, mas Alexis de Tocqueville, que morreu em 1859, sem desfrutar os prodígios gozosos dos *smartphones*, anotou o germe de tudo isso em seu *Democracia na América*: “A maioria traça um círculo formidável em torno do pensamento. Dentro desses limites o escritor é livre, mas ai dele se ousar sair!”.

Portanto, a moda do “cancelamento” nada mais faz do que trazer a máxima de Tocqueville para os dispositivos interconectados que funcionam na velocidade da luz. Nos nossos dias, a tal América ocupa o epicentro dessa prática nefasta, seguida de perto pelo Brasil. Aqui, no entanto, além das pessoas físicas – de carne, osso, mas sem muita massa cinzenta –, a própria máquina de governo decidiu ingressar com estardalhaço no esporte de “cancelar” a reputação de cidadãos honestos.

Agora, nesta semana, o jornalista Rubens Valente, do UOL, descobriu e noticiou que uma agência de comunicação, a pedido do governo federal, preparou uma lista de 77 *influencers* (reincidi), entre os quais aparecem 44 jornalistas, e os dividiu em três grupos: os “detratores” (eis a palavra), que criticam o governo, os “neutros” e os “favoráveis” (*que los hay, los hay*). Pela legislação ordinária e pelos princípios constitucionais, o governo não pode discriminar cidadãos pela opinião que emitam, mas,



Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#).

ACEITO

novo, o problema do presidente da República e de seus asseclas mais próximos não é nem ideológico –

é da ordem da cognição. Há sentidos que eles não apreendem, independentemente de concordarem ou não com o postulado. Que conduzam os negócios públicos como se fizessem arruaça em redes sociais é apenas mais um sintoma da limitação cognitiva profunda.

O “cancelamento” estatal vem junto com o Estado “lacrador”. Expliquemos o adjetivo. Entre os adictos das redes, o termo “lacrção” se refere àquele *post* ou àquela atitude performática que “causa”, mas “causa” muito, tipo “causa” assim demais, cara, você não tem ideia, e fere outras pessoas, mas, tipo assim, tudo bem. E daí? (Essa interrogação cairia bem de epitáfio.) O que conta é “lacrar”, tá ligado? O Estado “lacrador”, pilotado por “lacradores”, desconhece a diferença entre “curti” e “voto aprovado”. Lacra. Cancela.

Falando em diferenças não percebidas, o presidente não capta a que existe entre um gabinete clandestino que distribui calúnias anônimas e um órgão de imprensa registrado em cartório, que recolhe impostos, tem endereço certo e um diretor de redação com nome e CPF. Não é que, por motivações ideológicas, ele negue a distinção. Ele simplesmente não a alcança.

Em 28 de maio de 2020, na entrada do Palácio da Alvorada, quando protestou contra o inquérito do Supremo Tribunal Federal que desbaratou uma indústria ilegal de fake news e discursos de ódio, o presidente, sem querer, confessou que não tem ideia dessa diferença essencial para a democracia: “Querem acabar com a mídia que tenho a meu favor!”.

O governante brasileiro acha que as *fake news* são uma “mídia” como qualquer outra – e como usa as palavras “mídia” e “imprensa” como sinônimas, fica evidente: não consegue distinguir entre a mentira e a verdade factual, assim como não aprendeu o que separa a ditadura da democracia. Para ele, só o que conta é a histeria das redes e suas milícias digitais. Adeus, República. #cancelamentoestatal.

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

Tudo o que sabemos sobre:

Alexis de Tocqueville

milícia

fake news [notícia falsa]

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM OPINIÃO

O recesso e o descaso

Um plano incoerente

Retomada mais lenta



Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#).

ACEITO

O jornal na educação e a prática da cidadania

Informações atuais são imprescindíveis para quem presta vestibular e/ou procura emprego

Antonio Carlos Will Ludwig, O Estado de S.Paulo

15 de dezembro de 2020 | 03h00

A vida em sociedade nos dias que correm apresenta algumas peculiaridades marcantes e uma delas diz respeito ao fantástico volume de novas informações e conhecimentos que emergem diariamente, os quais tendem a pôr em xeque e até superar certos saberes antecedentes. Nesse cenário revela-se imprescindível que todas as pessoas acompanhem essa dinâmica para serem capazes de tomar as decisões mais adequadas e agir de maneira consoante tanto na esfera privada quanto na esfera pública, que é o espaço reservado ao exercício da cidadania.

Tal espaço é propício ao cidadão ativo, que se revela essencialmente díspar do alcunhado cidadão passivo, isto é, daquela pessoa que prefere realizar a sua existência no âmbito da esfera privada e ser governado pelos outros. O cidadão ativo, ao contrário, é um personagem que se considera governante e opta pelas ações conjuntas, muitas vezes destinadas a influenciar as decisões políticas.

Essas características substanciais exigem que ele se mostre como uma pessoa bem informada e que acompanha os acontecimentos nacionais e internacionais, principalmente pela leitura de jornais, que já entrou nas instituições escolares, uma vez que grande parte dos educadores a consideram um recurso pedagógico imprescindível.

De fato, a História registra que o uso do jornal nos estabelecimentos educativos começou no século 19. Janusz Korczak, um médico polonês, utilizou-o no trabalho com crianças pobres que viviam na periferia de Varsóvia. Por sua vez, o pedagogo francês Célestin Freinet fez uso dele para aproximar os alunos da comunidade e prepará-los para a vida democrática. E na terceira década do século 20, professores norte-americanos passaram a utilizar o jornal *The New York Times* nas salas de aula.

Em nosso país, Paulo Freire, nos anos 60 do século passado, tomou a iniciativa de empregá-lo, pois acreditava em seu poder de reduzir a evasão escolar e formar educandos críticos. O pioneirismo empresarial teve origem no jornal Zero Hora, duas décadas após a iniciativa de Freire. Na sequência vieram *O Globo* e a *Folha de S.Paulo*. Passados mais dez anos, o *Correio Popular* e o *Diário do Povo*, de Campinas, também foram para as escolas, assim como o **Estado de S. Paulo**, que instituiu o *Estadão na Escola*, com vista a formar novos leitores e promover a análise crítica da informação. Atualmente algumas dezenas de jornais da maioria dos Estados brasileiros estão seguindo esse mesmo caminho.

Vale lembrar que alguns dos jornais brasileiros mais importantes tomaram a decisão de criar versões voltadas para o público de pouca idade, tais como a *Folhinha* e o *Estadinho*, que teve seu término no ano de 2013. Com a mesma intenção foi lançado o *Joca*, semelhante aos publicados na Europa, dentre os quais podem ser citados o *Le Petit Quotidien* e o *Mon Quotidien*. O *Joca* é um jornal escrito especialmente para os mais jovens, usa uma linguagem apropriada para eles e contém notícias, reportagens, entrevistas, curiosidades e assuntos interessantes e atuais sobre o Brasil, o mundo e o universo juvenil.

Cabe destacar também que o programa Jornal na Educação se encontra presente, com maior ou menor



Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#).

ACEITO

motiva o aluno a ir para a aula; causa impacto positivo em avaliações nacionais e internacionais, como Saeb e Pisa; serve de apoio ao livro didático; promove a interdisciplinaridade e a socialização entre os alunos e os professores e uma integração dos discentes com necessidades especiais.

Observe-se que a leitura de jornais proporciona outras vantagens aos mais jovens. O domínio de informações atuais é imprescindível para quem vai prestar vestibulares e para quem está à procura de emprego, haja vista que os recrutadores costumam fazer perguntas relacionadas à vida empresarial do momento e do futuro.

Não pairam dúvidas de que os aspectos positivos mencionados contribuem bastante para qualificar um cidadão, porém a leitura de jornais pode auxiliar decisivamente no preparo do aluno para o exercício da cidadania ativa, porquanto um sujeito bem informado pode fazer cobranças a políticos, participar de campanhas e movimentos sociais, apresentar denúncias nos meios de comunicação e propor soluções para diversos problemas comunitários. Para tanto é necessário existir um sólido e explícito compromisso dos jornais, tal como fez o **Estado**, e dos educadores com o objetivo de formar cidadãos ativos.

PROFESSOR APOSENTADO DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA, É AUTOR DE 'DEMOCRACIA E ENSINO MILITAR' (CORTEZ) E 'A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA' (PONTES)

Tudo o que sabemos sobre:

The New York Times

Saeb [Sistema de Avaliação da Educação Básica]

Paulo Freire

evasão escolar

vestibular

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM OPINIÃO

O recesso e o descaso

Retomada mais lenta

Um plano incoerente



Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#).

ACEITO